

ARTIGO 13 DO DECRETO 5.626/2005 E O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO L2 PARA SURDOS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RS

PETERSON LIMA SCHIMULFENING¹; TATIANA BOLIVAR LEBEDEFF²

¹Universidade Federal de Pelotas – profpeterson12@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – tblebedeff@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O artigo 13, do Decreto 5.626, promulgado em 22 de dezembro de 2005, institui a obrigação de ensinar a modalidade escrita da Língua Portuguesa como L2 para indivíduos surdos. Dessa modo, o estudo busca analisar os projetos pedagógicos dos cursos de Fonoaudiologia, Letras – Português e Pedagogia de seis universidades federais do Rio Grande do Sul, para, assim, responder a seguinte pergunta de pesquisa: De que forma o artigo 13 do Decreto nº 5.626/2005 é implementado pelas Universidades Federais do Rio Grande do Sul, assegurando a efetivação dos direitos linguísticos da comunidade surda?

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de verificar a efetividade de uma política pública educacional que determina obrigações curriculares concretas para Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente no que se refere à formação de profissionais capazes de ensinar Português como segunda língua a estudantes surdos.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa com abordagem descritivo-analítica e documental. O corpus da investigação é constituído por Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das graduações em Pedagogia, Fonoaudiologia e Letras-Português. O estudo abrange seis Universidades Federais localizadas no estado do Rio Grande do Sul (UFCSPA, UFSM, UFPEL, UFRGS, UNIPAMPA e FURG), contemplando a análise de treze PPCs. O levantamento de dados foi realizado por meio de buscas nos repositórios institucionais das universidades e em bases acadêmicas (Google Acadêmico e Periódicos CAPES), com a finalidade de identificar componentes curriculares relacionados ao ensino de Português como segunda língua para surdos. Para interpretação dos dados, adotou-se a análise de conteúdo, conforme Bardin (2011) e Moraes (1999), a fim de apreender os significados explícitos e implícitos nos textos, verificando em que medida os currículos materializam as determinações do artigo 13 quanto à formação para o ensino de Português como L2 para estudantes surdos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise das disciplinas dos cursos de Pedagogia verificou que as ementas das disciplinas de Libras se concentram principalmente em introduzir os estudantes à Língua Brasileira de Sinais (Libras), abordando sua estrutura linguística, gramática e aspectos culturais da comunidade surda. Embora essas disciplinas desempenhem um papel importante na sensibilização e no preparo inicial dos

futuros pedagogos para a inclusão educacional, não foi encontrada, nas ementas analisadas, qualquer menção ao artigo 13, do Decreto 5.626/2005.

Após a análise das ementas, dos objetivos e das bibliografias referentes às disciplinas apresentadas nos cursos de Letras-Português, foi possível identificar quais delas atendem às demandas específicas do Decreto em análise. Nesse contexto, as disciplinas “Ensino de Português como Segunda Língua para Estudantes Surdos e Literatura Surda” (FURG) e “Reflexões sobre Português como Língua Adicional para Surdos” (UFRGS) destacaram-se por alinharem-se diretamente às diretrizes previstas no artigo 13, do Decreto 5.626/2005. Ambas oferecem abordagens que reconhecem a Libras como a L1 da comunidade surda e promovem o ensino do português como segunda língua, consolidando práticas pedagógicas bilíngues e inclusivas, em consonância com os objetivos desta pesquisa e com as diretrizes do artigo 13.

Quadro - Disciplinas de ensino da Língua Portuguesa como Segunda Língua/Língua Adicional ofertadas no curso de Letras/Português.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA: LETRAS/PORTUGUÊS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE - (UFCSPA)	-----
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - (UFSM)	NÃO OFERTADA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - (UNIPAMPA)	NÃO OFERTADA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - (FURG)	DISCIPLINA OFERTADA: ENSINO DE PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA ESTUDANTES SURDOS E LITERATURA SURDA.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - (UFPEL)	NÃO OFERTADA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - (UFRGS)	DISCIPLINA OFERTADA: REFLEXÕES SOBRE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA SURDO.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Das seis universidades analisadas, quatro não oferecem conteúdos específicos voltados ao ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos. Apenas os cursos de Letras-Português da FURG e da UFRGS incluem essa disciplina em sua grade curricular. Esses dados evidenciam a necessidade de ampliar e estruturar disciplinas que respondam às demandas educacionais da comunidade surda, promovendo uma formação mais inclusiva e alinhada às diretrizes das políticas linguísticas.

Nos cursos de Fonoaudiologia analisados, foram identificadas 14 disciplinas relacionadas ao estudo da surdez. Deste total, oito são dedicadas especificamente ao ensino de Libras, enquanto as outras seis abordam diversos aspectos do contexto educacional da comunidade surda.

Dessa forma, as disciplinas analisadas dos cursos de Fonoaudiologia selecionadas para este estudo demonstram uma clara preocupação em formar profissionais capacitados para atuar no contexto da educação de surdos, abordando aspectos linguísticos, educacionais e culturais da Libras e das comunidades surdas. No entanto, ao considerar o cumprimento das exigências do artigo 13, do Decreto nº 5.626/2005, que estabelece a capacitação dos profissionais

para compreenderem e ensinarem a Língua Portuguesa como L2 para surdos, identificou-se uma lacuna significativa no currículo.

Assim, ainda que ricas em conteúdo fundamentais sobre a Libras e a surdez, as disciplinas analisadas não apresentaram qualquer proposta específica voltada ao ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para surdos.

4. CONCLUSÕES

O Decreto nº 5.626/2005 representa um avanço significativo nas práticas educacionais brasileiras ao promover a criação de cursos de Graduação em Letras Libras, em Tradução e Interpretação de Libras e de Formação de professores Bilíngues para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental bem como para a inclusão da Libras como disciplina obrigatória em diversos cursos universitários. O Decreto nº 5.626, como é possível compreender, buscou garantir que futuros profissionais estejam preparados para atender às demandas linguísticas e pedagógicas da comunidade surda, reconhecendo a Libras como uma língua legítima e necessária no contexto educacional. Entretanto, a partir da pesquisa realizada neste trabalho, percebeu-se que por mais que o Decreto tenha proposto a viabilização da educação bilíngue: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua, ocorreu um investimento significativo na implementação da Libras (Artigo 3º, do Decreto) e um esforço muito tímido com relação a Língua Portuguesa como L2 (Artigo 13º, do Decreto).

Dos treze cursos avaliados, apenas dois atendem diretamente às diretrizes estabelecidas no referido artigo: o curso de Letras/Português da FURG, com a disciplina “Ensino de Português como Segunda Língua para Estudantes Surdos e Literatura Surda”, e o curso de Letras/Português da UFRGS, com a disciplina “Reflexões sobre Português como Língua Adicional para Surdos”. Esses dados ressaltam a necessidade de ampliar e estruturar disciplinas que atendam às demandas educacionais da comunidade surda.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Conheça o INES**. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>. Acesso em: 13 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Estatuto da Pessoa Com Deficiência**. Brasília: Diário Oficial da União, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 11 maio 2024.

CAPOVILLA, Fernando C. **Filosofias educacionais em relação ao surdo**: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo. Revista Brasileira de Educação Especial, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 99-116, 2000.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Guia de pesquisa e documentação: inventário nacional da diversidade linguística**. Volume 1. Patrimônio Cultural e Diversidade Linguística. Brasília: IPHAN, 2016.

LODI, Ana Claudia; LACERDA, Cristina. **Uma escola, duas línguas:** letramento em língua portuguesa de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, p. 160, 2009.

XAVIER, André Nogueira. **De que forma a disciplina “libras” pode contribuir com a formação de professores para a educação inclusiva?** Revista Sinalizar, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 3-24, 21 dez. 2018. Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revsinal/article/view/55188>. Acesso em: 24 mar. 2022.